



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 32/XVI/ 1.ª SL

Aos 17 dias do mês de dezembro de 2024, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e a Comissão de Defesa Nacional, na Sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, para prestar esclarecimentos sobre os acontecimentos ocorridos no Aeródromo de Figo Maduro, no passado dia 4 de outubro, a requerimento dos Grupos Parlamentares do [PS](#) e do [CH](#).

(Audição conjunta com a Comissão de Defesa Nacional)

_____ // _____

Iniciada a sessão, dirigida pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), começou este por dar as boas-vindas ao Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional, aos Deputados presentes e em videoconferência e ao Senhor Ministro de Estado e Negócios Estrangeiros (MENE). De seguida, deu conta da grelha de tempos. Seguidamente deu a palavra aos Deputados José Luís Carneiro (PS) e Nuno Simões de Melo (CH) para a apresentação dos respetivos requerimentos.

O Deputado José Luís Carneiro (PS) sublinhou a importância do diálogo entre órgãos de soberania como uma expressão da democracia. Destacou o papel das Forças Armadas como elemento essencial do Estado e elogiou o sucesso da operação de resgate de cidadãos portugueses no Líbano, realizada a 4 de outubro, pelos serviços consulares e diplomáticos. Referiu-se a um incidente entre o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, afirmando que a situação foi esclarecida, sem colocar em causa a honra das Forças Armadas ou do General Cartaxo Alves. Concluiu que a questão está resolvida, reafirmando o respeito pelas funções de soberania e pelos princípios democráticos.

O Deputado Nuno Simões de Melo (CH) agradeceu a presença do MENE nesta audição conjunta, requerida pelos Grupos Parlamentares do PS e do CH, sublinhando que as funções de soberania, como a defesa nacional e os negócios estrangeiros, são exclusivas do Estado e exigem cooperação leal entre os seus responsáveis. Referiu-se às notícias sobre um

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 32/XVI/ 1.ª SL

alegado desentendimento entre o MENE e o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, ocorrido após a evacuação de cidadãos portugueses no Líbano. O incidente teria envolvido críticas às condições do transporte aéreo e alegações de palavras injuriosas. Solicitou esclarecimentos ao MENE, frisando que o caso, a ser verdadeiro ou não, afeta a confiança dos cidadãos nas instituições ou na comunicação social.

O MENE começou por agradecer as questões e esclarecer os acontecimentos de 4 de outubro de 2024. Relatou que, ao chegar ao Aeródromo de Trânsito N.º 1 (AT1), foi conduzido por um veículo "Follow Me" até um local onde permaneceu 20 minutos sem explicações. Quando finalmente foi encaminhado, apresentou um protesto ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Cartaxo Alves, devido ao erro de encaminhamento, que resultou de uma confusão operacional. Negou categoricamente ter usado linguagem imprópria ou feito exigências para se deslocar a áreas inseguras. Reiterou o respeito pelas Forças Armadas e destacou o seu papel na defesa do aumento da despesa na defesa e valorização das carreiras militares. Sublinhou que o incidente foi resolvido na altura e lamentou que tenha sido ampliado de forma desnecessária.

O Deputado Carlos Reis (PSD) começou por classificar o tema como um "não assunto", esclarecendo que foi resolvido em tempo oportuno pelos envolvidos. Sublinhou a incredulidade gerada pelos relatos do suposto incidente, reforçando que questões como esta não devem perturbar as relações funcionais e institucionais entre o poder político e as Forças Armadas. Garantiu que a credibilidade do Estado e o exercício das funções políticas não foram afetados. Destacou a presença do MENE, elogiando a sua humildade ao responder às questões colocadas. Enfatizou que o incidente tinha sido resolvido e deveria ser remetido ao esquecimento, para evitar valorizar campanhas de desinformação ou calúnias contra o Ministro. O Deputado Paulo Neves (PSD) questionou a pertinência da audição, considerando-a precipitada e desnecessária, apontando responsabilidades aos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do Chega. Referiu que o Deputado José Luís Carneiro (PS) apenas mencionou o tema diretamente aos 2 minutos e 30 da sua intervenção, e ainda assim para dizer que o caso estava ultrapassado. Criticou a realização da reunião da comissão, argumentando que o caso já estaria esclarecido desde o início pelo MENE, pelo Presidente da República e pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Sublinhou que não houve incidente, apenas um possível mal-entendido, e lamentou a facilidade com que a audição foi convocada, considerando-a dispensável.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 32/XVI/ 1.ª SL

O MENE não interveio.

O Deputado Rodrigo Saraiva (IL) cumprimentou a mesa e o MENE, referindo que o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal teria apenas duas frases a afirmar sobre a audição. Comentou as intervenções anteriores, criticando o Grupo Parlamentar do Partido Socialista por "remar para trás", o Grupo Parlamentar do Chega por apresentar uma "revista de imprensa" e destacou positivamente a intervenção do MENE como um exemplo de respeito pelas instituições. Concluiu que o caso já tinha sido compreendido e resolvido, agradecendo a explicação do MENE.

O MENE não interveio.

A Deputada Marisa Matias (BE) agradeceu à mesa e ao MENE e destacou que situações menos felizes podem ocorrer no desempenho de cargos públicos, considerando que, se algo aconteceu, já estaria resolvido e não deveria ser prolongado. Questionou se este episódio teve impacto nas relações entre o Governo e as Forças Armadas e pediu uma avaliação do MENE sobre a continuidade das missões de resgate que originaram o caso. Aproveitou para elogiar os militares pelo desempenho exemplar nessas missões.

O MENE assegurou que o episódio não teria afetado as relações entre o Governo e as Forças Armadas, destacando que a interação com as chefias militares, mesmo após a polémica mediática, decorreu com normalidade, correção e até informalidade. Sobre missões de resgate, informou que não há previsão para novas operações no Líbano, mas destacou a preparação contínua para lidar com emergências globais devido ao aumento de conflitos. Esclareceu que as Forças Armadas, especialmente a Força Aérea, têm papel crucial nesses cenários, mencionando exemplos como a Síria, onde houve casos pontuais e resolvidos. O MENE sublinhou a cooperação internacional, indicando que Portugal também apoia cidadãos de outros países quando necessário, reiterando o compromisso de proteger cidadãos portugueses no mundo, mesmo em situações inesperadas.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada pelas 15:37 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 32/XVI/ 1.ª SL

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) e o [registo vídeo](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 17 de dezembro de 2024,

O PRESIDENTE

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 32/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Ventura (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Paula De Medeiros (PSD)
Paulo Edson Cunha (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Regina Bastos (PSD)
Gilberto Anjos (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Paulo Pisco (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
José Dias Fernandes (CH)
Manuel Magno (CH)
Ricardo Dias Pinto (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Marisa Matias (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina (PS)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Rui Tavares (L)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Paula Santos (PCP)
Paulo Nuncio (CDS-PP)

Ata aprovada em reunião de Comissão de 14 de janeiro de 2025